



O ativo imobilizado 2013, não seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o ativo não havia a necessidade de constatação de provisão.

**16. Fornecedores:**

	Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais.....	107.408	89.362	139.723	106.975
Fornecedores Internacionais.....	62.838	22.447	82.336	22.567
	170.246	111.809	201.919	129.542
Circulante.....	146.165	94.691	173.665	112.424
Não Circulante.....	24.081	17.118	28.254	17.118

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinário utilizados na produção.

**17. Empréstimos e financiamentos:** Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Encargos Anuais		Vencimento		Controladora	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Em moeda nacional						
FINAME	4,41%		2023	4.923	4.477	
Capital de Giro	5,41% + CDI		2017	280.977	173.128	
Debêntures	100% taxa DI+ 6% a.a.		2015	53.026	55.000	
Duplicatas descontadas	16,57% + CDI		2013	-	265	
				<u>338.326</u>	<u>232.870</u>	
Em moeda estrangeira						
Capital de Giro	5% + variação cambial		2016	5.333	8.282	
ACC e pré pagamento de exportação	6% + variação cambial		2014	1.187	5.198	
				6.520	13.480	
				<u>344.846</u>	<u>246.350</u>	

Parcela do circulante	Consolidado	
	2013	2012
Parcela do não circulante	129.732	93.448
	215.114	152.902
	<u>344.846</u>	<u>246.350</u>

Modalidade	Encargos Anuais		Vencimento		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Em moeda nacional						
FINAME	4,41%		2023	4.676	4.951	
Capital de Giro	5,41% + CDI		2017	280.986	175.854	
Debêntures	100% taxa DI+ 6% a.a.		2015	53.026	55.000	
Duplicatas descontadas	16,57% + CDI		2013	-	402	
				<u>338.688</u>	<u>236.207</u>	

Em moeda estrangeira	Encargos Anuais		Vencimento		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Capital de Giro	5% + variação cambial		2016	5.333	8.282	
ACC e pré pagamento de exportação	6% + variação cambial		2014	1.187	5.198	
				6.520	13.480	
				<u>345.208</u>	<u>249.687</u>	

Parcela do circulante	Consolidado	
	2013	2012
Parcela do não circulante	129.779	95.553
	215.429	154.134
	<u>344.846</u>	<u>246.350</u>

Em 31 de dezembro de 2013 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2014.....	129.732	129.780
2015.....	164.383	164.420
2016.....	43.519	43.558
2017.....	6.679	6.718
2018 a 2023.....	533	732
	<u>344.846</u>	<u>345.208</u>

Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo "debt covenants" que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas. A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. As debêntures foram emitidas em 16 de novembro de 2012 em série única de 5.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000. Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

**18. Obrigações fiscais:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Refis/Paes/Paex.....	12.036	15.020	12.036	15.020
Fadesc/Prodec.....	492	1.251	492	1.251
ICMS.....	4.937	5.331	5.196	3.599
IPÍ.....	3.769	6.635	3.769	6.635
IP/PIS/COFINS parcelados.....	22.796	23.657	22.796	23.657
COFINS/PIS.....	1.765	2.112	1.907	2.679
INSS.....	1.351	3.209	1.589	3.669
FGTS.....	500	442	573	497
Outros.....	1.469	1.650	1.521	2.163
Circulante.....	49.115	57.507	49.879	59.170
Não Circulante.....	17.380	21.203	18.144	22.866
	<u>31.735</u>	<u>36.304</u>	<u>31.735</u>	<u>36.304</u>

**19. Provisão para contingências:**

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Controladora	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Tributários.....	14.878	13.026	13.325	10.943	1.553	2.083
Trabalhistas.....	2.964	998	777	263	2.187	735
Cíveis.....	2.962	2.735	-	28	2.962	2.707
Total.....	<u>20.804</u>	<u>16.759</u>	<u>14.102</u>	<u>11.234</u>	<u>6.702</u>	<u>5.525</u>

  

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Tributários.....	14.878	13.026	13.325	10.943	1.553	2.083
Trabalhistas.....	3.686	1.173	1.286	355	2.400	818
Cíveis.....	2.962	2.735	-	28	2.962	2.707
Total.....	<u>21.526</u>	<u>16.934</u>	<u>14.611</u>	<u>11.326</u>	<u>6.915</u>	<u>5.608</u>

Contingências tributárias refere-se basicamente ao tributo PIS/COFINS referente a exclusão do ICMS na base de cálculo, cujos valores estão sendo consignados em depósito bancário judicial. Contingências trabalhistas refere-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 11.817 mil (R\$ 7.199 de natureza tributária, R\$ 3.352 trabalhista e R\$ 1.266 cíveis) referentes a passivos contingentes com risco de perda classificado pelos assessores jurídicos possível, não provisionados.

**20. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 15.502, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações, e sua composição é como segue:

	Quantidade	de ações	% Capital
Mário Schlickmann.....	5.076.050	32.7437	
Milton Schlickmann.....	5.076.050	32.7437	
Marcelo Schlickmann.....	4.428.324	28.5655	
Jânio Dinarte Koch.....	9.921.948	5.9471	
	<u>15.502.372</u>	<u>100.0000</u>	

**(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a adoção do custo atribuído para a principal bens do ativo imobilizado em 1 de janeiro de 2009. **(c) Incentivos fiscais:** A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2015. **(d) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(e) Distribuição de lucros:** É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A destinação do lucro do exercício de 2013, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, é a seguinte:

2013	Quantidade	de ações
Lucro líquido do exercício.....	1.2719	
(-) Absorção de prejuízos acumulados.....	(6.561)	
	6.158	
(-) Constituição de reserva legal.....	(308)	
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais.....	(2.269)	
Base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.....	3.581	
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%).....	895	
<b>21. Receitas:</b> Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado dos períodos finda em 31 de dezembro de 2013 e 2012:		

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta.....	801.352	696.173	931.164	783.872
Impostos sobre vendas.....	(207.372)	(175.684)	(241.550)	(196.446)
Devoluções.....	(8.882)	(6.007)	(10.052)	(7.371)
Receita líquida.....	<u>585.098</u>	<u>514.482</u>	<u>679.562</u>	<u>580.055</u>

**22. Despesas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal.....	87.073	69.616	99.078	77.821
Depreciação.....	21.887	17.309	23.614	18.344
Energia elétrica.....	17.280	18.838	19.998	22.333
Matérias consumidos.....	330.575	271.325	384.049	306.351
Fretes.....	27.401	29.344	32.183	33.638
Comissões.....	17.369	15.162	19.537	16.628
Gastos com manutenção.....	17.246	15.782	20.452	16.672
Gastos com viagens.....	3.508	2.612	3.752	2.720
Serviços de terceiros.....	5.841	6.567	6.537	7.151
Provisão para contingências.....	3.178	5.762	3.691	6.025
COFINS.....	455	868	548	936
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa.....	1.518	2.571	1.742	2.791
Despesas não recorrentes (autos de infração).....	(8.936)	(6.303)	-	-
Equivalência patrimonial.....	(177)	(2.183)	(294)	(2.163)
(Ganho) perda de capital.....	3.899	21.277	6.498	24.425
Total dos custos, despesas com vendas e administrativas.....	<u>527.917</u>	<u>468.527</u>	<u>621.381</u>	<u>533.672</u>

**23. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos.....	(38.029)	(35.161)	(38.514)	(35.884)
Outros.....	(17.109)	(3.352)	(17.738)	(3.625)
	<u>(55.138)</u>	<u>(38.513)</u>	<u>(56.279)</u>	<u>(39.509)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras.....	2.721	1.321	3.388	1.659
Juros Recebidos.....	1.155	1.142	2.095	2.115
Outros.....	4.059	1.118	4.647	1.241
	<u>7.935</u>	<u>3.581</u>	<u>10.130</u>	<u>5.015</u>
Variações cambiais e monetárias líquidas.....	4.820	5.386	4.085	5.427
Resultado financeiro líquido.....	<u>(42.383)</u>	<u>(29.546)</u>	<u>(42.064)</u>	<u>(29.067)</u>

**24. Imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	14.798	16.409	16.117	17.316
Alíquota fiscal combinada.....	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada.....	(5.031)	(5.579)	(5.480)	(5.887)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial.....	3.038	2.143	-	-
Incentivos fiscais.....	771	388	3.298	2.054
Outros.....	(857)	(119)	(997)	(85)
Efeito dos impostos no resultado do exercício	(2.079)	(3.167)	(3.179)	(3.918)
Corrente.....	(1.449)	(1.301)	(1.909)	(1.540)
Diferido.....	(630)	(1.866)	(1.270)	(2.378)
Alíquota efetiva.....	14%	19%	20%	23%

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor

DIRETORIA	
<b>Mário Schlickmann</b> Diretor Presidente	<b>Sérgio A. Carvalho Jr.</b> Diretor Financeiro
	<b>Edmilson J. de Freitas</b> Gerente de Contabilidade - CRCSC: RS-063952/O/T/SC

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e sua controladora ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar

obrigatoriamente a partir do ano-calandário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calandário de 2014. Com base na análise efetuada pela Administração sobre os impactos tributários dos novos dispositivos, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos. Considerando-se que a referida medida provisória possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que as referidas alterações não acarretem efeitos contábeis relevantes para a Companhia. Desta forma, a administração deverá aguardar o desdobramento das emendas a esta Medida Provisória para tomar a decisão sobre a adoção antecipada.

**25. Lucro por ação: (a) Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	12.719	13.243
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas.....	15.502	15.502
Lucro básico e diluído por ação - R\$.....	<u>0,82</u>	<u>0,85</u>

**(b) Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

**26. Coberturas de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros era composta por R\$ 148.057 para danos materiais, R\$ 32.501 para lucros cessantes e R\$ 200 para responsabilidade civil.

uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. A